

As rebeliões do PCC¹

Karina Biondi

Pós-Doutoranda em Antropologia Social

Universidade Federal de São Carlos

Porque fecharam as janelas? Porque não me deixam falar? Porque sou uma espécie de segredo? Sei lá. (...) Achei que ficariam felizes por eu ter achado um modo de falar com eles. Mas não ficaram. A única coisa que posso fazer, e não me deixam. Só querem me deixar nessa escuridão para que ninguém me veja.

Johnny Got His Gun, 1971

Resumo

O Primeiro Comando da Capital (PCC), coletividade originada no interior das prisões paulistas no início da década de 1990, hoje está presente na grande maioria das prisões e zonas urbanas de São Paulo. Em 2006, uma megarrebelião envolvendo 84 prisões, acompanhada pelo que ficou conhecido como “os ataques do PCC”, sinalizou sua dimensão e provocou a reflexão acadêmica acerca desse fenômeno, acompanhada da elaboração de um discurso hegemônico acerca do PCC. Este artigo abordará uma rebelião ocorrida pouco meses antes desses “ataques”, mas também as rebeliões conceituais que os atores nelas implicados promovem frente aos discursos hegemônicos sobre o PCC, aos conceitos comumente utilizados nas ciências sociais e sobretudo nas ideias enraizadas na tradição de pensamento ocidental.

Palavras-chave: Rebelião; Primeiro Comando da Capital; Discursos hegemônicos; Conceitos contra-hegemônicos.

¹ Este artigo é o primeiro esforço em reunir, em uma só exposição, os resultados das diversas fases de minha pesquisa. Agradeço ao apoio e acolhida que recebi do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar, um ambiente dedicado ao rigor teórico e metodológico. Agradeço aos professores, colegas e, sobretudo, a Jorge Villela, cuja orientação não só me permitiu como também me incentivou a conferir primazia às formulações dos ladrões, a estabelecer diálogos metodológicos e teóricos com vários ramos da antropologia e a buscar inspirações em outras temáticas a fim de traçar problematizações transversais e colocar questões novas para o tema com o qual trabalho.

Abstract

The First Command of the Capital (PCC) appeared in São Paulo's prisons in the early 1990s and today is present in the majority of penal institutions and urban areas within the State of São Paulo. In 2006, 84 prisons participated of a big riot and it was accompanied by events known as "the PCC attacks". These events showed the dimension of the PCC and incited academic reflections on this phenomena, that resulted in a hegemonic discourse about the PCC. This article is about a rebellion occurred few months before the "attacks" and also about the conceptual rebellions that the prisoners promote against the hegemonic discourses about the PCC, some concepts commonly used in the social sciences and especially the ideas rooted in the tradition of Western thought.

Keywords: Rebellion; First Command of Capital; Hegemonic discourses; Counter-hegemonic concepts.

O nascimento de um discurso hegemônico

O Primeiro Comando da Capital (PCC), coletividade originada no interior das prisões paulistas no início da década de 1990, hoje está presente na grande maioria das prisões e zonas urbanas de São Paulo. Seu crescimento foi acompanhado pela queda acentuada dos homicídios, não só percebida por presos e moradores das regiões que eram consideradas mais violentas, como também mensurada por índices oficiais².

Desde 2004, venho me dedicando ao estudo desse fenômeno, embora na época a existência do PCC não fosse muito difundida. Até 2006, pouco se ouvia falar dele, a não ser nas prisões ou nas periferias de São Paulo. Mas naquele ano, aconteceu o que ficou conhecido como "os ataques do PCC" ou "a megarebelião de 2006". No final de semana do dia das mães, 84 prisões se rebelaram, dez delas fora do Estado de São Paulo, 299 órgãos públicos foram atacados, 82 ônibus foram incendiados, 17 agências bancárias foram alvejadas a bombas. Além disso, 42 policiais e agentes de segurança foram mortos e 38 ficaram feridos. Na segunda-feira, noticiou-se um toque de recolher. Escolas cancelaram as aulas, ônibus deixaram de circular, os comércios fecharam, quase todos voltaram para suas casas. São Paulo parou, diziam. A imagem que expressou o que aconteceu aquele dia foi a da Avenida Paulista, uma das principais vias de São Paulo, vazia.

Essa não foi a primeira grande ação do PCC. Em 2001, 29 prisões se rebelaram simultaneamente, no que foi considerado a maior rebelião prisional até então. O poder público passou, então, a reconhecer a existência do PCC, mas como uma gangue prisional, isolada e sob controle, que não ofereceria perigo à população. No entanto, os acontecimentos de 2006, por suas dimensões, exigiam outro discurso. Especialistas em violência foram chamados a se pronunciar, mas não existiam estudos acadêmicos sobre as radicais transfor-

² Para se ter uma ideia, em São Paulo, em 1999 foram registrados 117 mortes em uma população de pouco mais de 50 mil presos, enquanto em 2016 foram 14 homicídios dentre mais de 230 mil presos. Em seguida, com a expansão do PCC para territórios extramuros, houve também um declínio acentuado no número de homicídios em todo o Estado de São Paulo (de 123 homicídios a cada 100.000 habitantes em 2001 para 16 a cada 100.000 habitantes em 2014).

mações que haviam acontecido nas prisões na década anterior aos ataques. Dias depois desses ataques, Sérgio Adorno, coordenador do maior centro de estudos sobre violência em São Paulo (NEV – Núcleo de Estudos da Violência), disse em entrevista que estava surpreso com o que acontecera e explicou as razões pelas quais ele não desenvolvia pesquisa em prisões. Disse ele ao Caderno Mais, da Folha:

o que aconteceu foi, sim, surpreendente (...) O problema é que a gente não sabe. Temos pouca informação segura, de análises ou pesquisas, sobre o crime organizado em São Paulo. Por várias razões. A principal é que é muito difícil fazer pesquisas nessa área. Para isso, é preciso entrar dentro do sistema, e isso é difícil. A gente infere essas coisas a partir do que é veiculado pela imprensa e fazendo pesquisa com jovens da periferia. (...) Fiz muita pesquisa em prisões há, mais ou menos, dez ou 15 anos e costumava entrar no sistema penitenciário com muita tranquilidade. Na época, era inimaginável que um professor universitário pudesse ser seqüestrado ou atacado. Hoje é diferente. Uma pessoa como eu virou uma moeda de troca valiosa. (Colombo 2006).

Alba Zaluar, uma das pioneiras nos estudos sobre violência e crime no Rio de Janeiro, lamenta essa lacuna: “Meus colegas nunca fizeram um estudo aprofundado do crime organizado em São Paulo” (Torres 2006).

Um ano após os ataques de 2006, o mesmo Sérgio Adorno publicou um artigo escrito com Fernando Salla, também do NEV. Nele, embora sem revelarem os meios pelos quais conduziram suas pesquisas, os autores argumentam que o sucesso daquele acontecimento foi garantido pela estrutura organizacional do PCC, “mantida por um quadro hierarquizado de ‘funcionários’, disciplinados e obedientes, capazes de executar ordens sem questioná-las” (Adorno e Salla: 9)³. Eventos como o de 2006, para os autores, de efervescência social, serviam para fortalecer vínculos de solidariedade entre os presos e deles com quem estava no mundo exterior da prisão. Mas advertiam: “O que está em jogo são interesses em torno de negócios (...). Não têm projeto político para a construção de uma sociedade democrática; sua concepção de sociedade é tosca”. Por fim, afirmavam que a estrutura do PCC só pôde se consolidar em função do fraco controle e da falta de rigor na coibição de suas práticas por parte do poder público.

Estrutura hierárquica, fins financeiros, divisão de tarefas, organização empresarial, ausência de ideais democráticos, falta de estado, o problema da comunicação entre prisão e seu exterior. Nascia, ali, um discurso sobre o PCC. Um ano após declarar não existir pesquisas sobre o PCC em andamento, os autores foram capazes de apresentar as características que até hoje sustentam o discurso hegemônico sobre o PCC. As pesquisas ligadas ao NEV que sucederam este artigo só vieram a reforçar, com poucas ou nenhuma variação, essas características. Esse é também o discurso da mídia sobre a “facção que age dentro e fora dos presídios”, como costuma se referir ao PCC. Políticos, à direita ou à esquerda, fazem coro a essa definição. Mas o mais curioso é que essas são as características do PCC com

3 Nos anos seguintes, outros pesquisadores escreveram sobre a megarebelião de 2006 (Cano e Alvadia 2008; Grimberg 2009; Marques 2010; IHRC e Justiça Global 2011).

as quais agentes de combate ao crime trabalham, não porque se beneficiaram das descobertas dos sociólogos, mas porque foi o resultado de suas investigações. Produção sociológica e investigação policial oferecem, portanto, um só resultado. Num caso e no outro, as características que atribuem ao PCC se aproximam de características que já haviam sido formuladas anteriormente (por acadêmicos, juristas e até pela ONU) para definir “crime organizado”⁴. Nada de novo, portanto, a não ser o enquadramento do PCC em definições previamente (e algumas vezes formal e legalmente) elaboradas.

A partir de outra perspectiva, minha pesquisa, com ênfase etnográfica e em diálogo com teorias antropológicas, apresentou resultados substancialmente diferentes desse discurso hegemônico sobre o PCC. Tendo como principal interesse os problemas formulados pelas pessoas que estão diretamente implicadas na produção do PCC, bem como a forma como buscam solucioná-los (postura consonante com o apelo de Rhodes 2001), mas também atenta aos pontos de vista implicados nessas dinâmicas, minha pesquisa dedicou-se às micropolíticas que estão na base desse fenômeno e que se dão no cotidiano das prisões e periferias de São Paulo. Como resultado, os conceitos formulados a partir do material etnográfico (e não aplicados a ele) mostravam-se rebeldes às noções hegemônicas correntes, oriundas tanto do discurso sobre o PCC quanto das ciências humanas (e constituintes de toda uma tradição de pensamento ocidental). Com efeito, eles foram capazes de realizar algumas rebeliões conceituais.

Neste artigo, retomarei um material etnográfico trabalhado em Biondi (2010) e articularei a análise então realizada com conceitos formulados a partir de pesquisa posterior (Biondi 2014). Se a etnografia realizada no interior das prisões foi capaz de promover rebeliões frente aos discursos hegemônicos a respeito do PCC, a pesquisa conduzida nas ruas oferecem outras possibilidades de sublevação conceitual. Este exercício pretende explorar essas possibilidades, provocando outras rebeliões conceituais no interior daquelas realizadas.

O material etnográfico em questão é uma rebelião ocorrida em 2006, poucos meses antes dos referidos “ataques”, em um Centro de Detenção Provisória (CDP) localizado na Grande São Paulo. Vivenciei *in loco* esse acontecimento e boa parte do material etnográfico apresentado a seguir provém dessa experiência. Entretanto, o que eu era capaz de ver ali e as conexões que meu ponto de vista permitia eram diferentes do que as outras pessoas presentes tinham e faziam. Os preparativos para a fuga, por exemplo, não estiveram em meu campo de visão, bem como o que aconteceu após o retorno dos presos ao pavilhão. No limite, essa rebelião pode ser contada a partir de tantos pontos de vista quanto o número de pessoas que se relacionaram com ela. Nenhum deles ofereceria uma história completa sobre tudo o que ali aconteceu. Para fins de exposição neste artigo, apresentarei relatos que expressam pontos de vista que permitem abordar cinco momentos da rebelião: seu planejamento, a tomada da cadeia, as negociações realizadas no prédio de revista dos visitantes, o retorno dos presos aos pavilhões e minha saída da unidade prisional. Organizando meu material dessa maneira, mais ou menos cronológica, pretendo tornar evidente as diferenças que uma abordagem etnográfica do PCC produz em relação ao discurso hegemônico sobre ele, enfatizando os modos como os *malandros* produzem conhe-

4 Mingardi (2007) apresenta cinco características recorrentes na literatura que aborda “crime organizado”: hierarquia; previsão de lucros; divisão do trabalho; planejamento empresarial; simbiose com o Estado (: 56).

cimento acerca de suas vidas. Como veremos a seguir, a maneira como os presos elaboraram seu plano e empreenderam a fuga é substancialmente diferente da forma como se espera que planejamentos de ordem empresarial, organizacional ou estatal sejam feitos.

Planejamento

De acordo com um dos presos envolvidos na rebelião ocorrida no CDP, assim que um detento ‘lançou a ideia da fuga’, ela foi *abraçada* por seus *companheiros e passou a ser trabalhada, fortalecida*, transformada⁵. Da mesma forma como ocorre com as outras *ideias* que circulam no PCC (mas que também o constituem), a ‘ideia da fuga’ ganhou existência quando manifesta, quando se desprende de seu locutor e tomou um rumo diverso ao dele. Nunca se diz, na *malandragem*, ‘eu tive uma ideia’ ou ‘estava pensando em uma ideia’. As *ideias* não estão ligadas diretamente ao pensamento, formulação ou invenção; elas só existem quando em fluxo pelo mundo, quando compartilhadas. Em fluxo no mundo, a *ideia* da fuga tornou-se, ao mesmo tempo, centro de convergência de forças que disputavam seus rumos e a fonte que oferece direção e confere atributos aos movimentos. Foram meses de planejamento e ensaios ou, como eles dizem, ‘trabalhando e fortalecendo essa ideia’. Nesse processo, a *ideia* se transformava na medida em que mobilizava presos, objetos, estratégias, disposições. Afinal, como enfatiza Barbosa, “a fuga sempre implica ativar relações, pôr alguma coisa em circulação antes de sua realização” (2013: 123).

Se inicialmente o objetivo era a fuga, logo avaliaram que, para alcançá-lo, seria necessário *tomar a cadeia*, ou seja, fazer uma rebelião. Para tanto, objetos deveriam ser acoplados a esse movimento. A primeira providência que tomaram foi a obtenção de quatro armas, uma para cada pavilhão do CDP. O plano era simular, durante um *dia de visita*, o desmaio de um preso. Os outros detentos que participariam da fuga pediriam socorro médico à instituição e renderiam, com a arma, os funcionários que viessem acudir ao preso “desmaiado”. Durante meses, um dos presos simulou o desmaio e os outros ensaiaram o pedido de socorro, a rendição dos agentes, a *tomada da cadeia*. O que ocorreria dali para diante não foi planejado:

- Nós ficamos uns dois meses ensaiando.
- Nossa, sério?
- Sério, ensaiando mesmo. Pra sair perfeito.
- Mas só até pegar o funcionário?

⁵ As palavras grafadas em itálico referem-se a termos e expressões utilizadas pelas pessoas junto as quais realizei minha pesquisa. Alguns desses termos que exigem conjugação verbal própria à (minha) narrativa descritiva aparecerão sem itálico, por não coincidirem com a maneira pela qual são usados. Serão utilizadas aspas duplas para citações bibliográficas, enquanto as falas de meus interlocutores serão marcadas por aspas simples. As falas citadas foram adequadas às normas do português escrito, com exceção daquelas cuja adequação violaria a estética e as ênfases pretendidas pelos locutores e, assim, descaracterizaria seu modo de expressão. É importante destacar que essas subversões linguísticas adotadas por meus interlocutores não denotam desconhecimento da norma culta, mas preferências estéticas.

- Não, até a enfermaria.
- Mas vocês tinham planejado o que seria depois disso?
- Não.

As ações a serem encaminhadas após a tomada da cadeia seriam pautadas naquilo que encontrariam. Como não era possível prever o que aconteceria, sabiam já que suas ações seriam embasadas no que, naquele momento, era desconhecido, na *situação* que ali se configuraria. Na *malandragem*, *situação* diz respeito um arranjo de movimentos apreendidos a partir de um ponto de vista, o que indica que se trata de uma estabilização em constante transformação. Ainda assim, essas estabilizações, a composição das *situações*, são essenciais para que avaliações sejam feitas e que decisões sejam tomadas⁶. Nesse sentido, os parâmetros para a definição das ações seguintes dependeriam de novas elaborações de *situações* a partir dos elementos que passassem a se apresentar para essas composições. O imprevisível que se anunciava ali limitava a possibilidade de elaborar *situações* futuras, mesmo por aqueles que tinham mais *visão* (os que melhor percebem a disposição dos movimentos, bem como seus rumos e entrecruzamentos). Sabiam, contudo, que o tempo disponível para definir as próximas ações seria muito curto. Qualquer resultado seria possível, desde o sucesso na fuga até um revide dos funcionários que resultaria em sua morte.

Se as estratégias se encerram ao se deparar com o imprevisível, existe ainda outro fator que não cessa de nelas interferir, que as acompanha como uma sombra e que, a qualquer momento, pode obstruir o objetivo: o acaso. Foi o que encontraram na véspera da data marcada para a execução do plano: o prisioneiro que tanto havia ensaiado seu desmaio ‘foi de bonde’, transferido para outra cadeia. A data da rebelião não poderia mais ser adiada, pois uma das armas que estava em outro *raio* (pavilhão) já havia *caído*, ou seja, havia sido encontrada por policiais em uma *blitz* de rotina. Em suas avaliações, isso aumentava a chance de novos *bondes* e de novas *blitzes* encontrarem as outras armas. Esses dois acasos – a transferência do preso e a perda de uma das armas – exigiam outra elaboração de *situação*, que incluía também a possibilidade de novas *blitzes* e, com isso, a iminência de novos acasos. Com base nessa nova *situação*, avaliaram que restava improvisar e ‘meter o louco’ que, nessas circunstâncias, quer dizer tentar a sorte, arriscar.

Mesmo assim, alguns cuidados foram tomados. Disseram-me que, naquele *raio*, poucos sabiam do plano de fuga, mesmo entre os *faxinas*⁷. Os *faxinas* são os presos, muitas vezes *irmãos* (integrantes do PCC), responsáveis por garantir a adequada circulação de *ideias* na prisão, mantendo um fluxo de *ideias* condizente com a *disciplina do PCC*. Como expus em outros lugares (Biondi 2010 e 2014), mais do que a presença efetiva de seus integrantes, é esse fluxo de *ideias* e a ética (termo que na *malandragem* é intercambiável com *disciplina*) que esse fluxo conforma, que asseguram a existência do PCC em determinada cadeia ou determinada região da cidade. Ainda que os *faxinas* sejam um dos principais responsáveis por assegurar a presença do PCC na cadeia, naquele *raio* muitos deles não foram envolvidos no planejamento da fuga. Isso porque os que trabalharam nesse plano eram, segundo sua própria avaliação, muito desconfiados. Ainda de acordo com eles, a ocultação de in-

6 As dinâmicas pelas quais as situações são elaboradas e transformadas são exploradas mais detidamente em Biondi (2014).

7 Marques (2008) apresenta os dispositivos da faxina e pilotagem como “contra-ataques a um poder (...) que a prisão paulista exerce sobre os corpos dos prisioneiros” (: 290).

formações era um mecanismo de precaução contra eventuais delações, uma tentativa de delimitar o imprevisível e minimizar o aparecimento de acasos. O sucesso daquela fuga não se daria, portanto, em função do motivo pelo qual Adorno e Salla atribuíam o sucesso dos ataques de 2006, a estrutura organizacional do PCC mantida por um “quadro hierarquizado de ‘funcionários’, disciplinados e obedientes, capazes de executar ordens sem questioná-las” (2007: 9). Afinal, os presos empenhados na fuga não estavam obedecendo ordens, mas trabalhando juntos no *fortalecimento* de uma *ideia*. Além disso, como veremos adiante, não havia ali uma linha de comando que estruturava aquelas ações.

A tomada da cadeia

Em um *dia de visita*, por volta das 12h, um dos *irmãos* recebe um telefonema de um integrante do PCC que está no outro *raio*: ‘Já tomamos os funcionários, os funcionários já estão aqui dentro, já tô com a roupa do funcionário, vou sair pra radial. Pega aí também o cara aí. Pega aí’. Em seguida, outro telefonema: ‘Já pegamos a gaiola do meio também. O meio já está tomado. Já estamos com as roupas dos funcionários. Estamos no meio aqui. Falta o de vocês agora, é a hora!’. A tomada do *raio* dois era fundamental para que os outros raios dessem andamento ao seu plano de fuga, pois seriam os prisioneiros do *raio* dois que, em função de sua proximidade, poderiam abrir os dois *chapões* (portões que os prisioneiros teriam que transpassar para sair do prédio dos *raios*).

Um prisioneiro cortou seus próprios lábios com uma lâmina de barbear e simulou (mesmo sem ensaio) um desmaio. Os outros presos, conforme ensaiado, carregaram-no até a porta do *raio* e pediram socorro aos agentes de plantão: ‘P.S.! P.S.^[8]! Tem um preso passando mal!’. O agente abriu a porta e eles saíram do *raio*, carregando o ‘desmaiado’. Conseguiram, então, sair para a *radial*. Como previsto, o funcionário pediu para que retornassem ao *raio* e, como ensaiado, *perrecaram*⁹:

- Não vamos deixar o irmão sozinho, não... Quando o irmão acordar, aí nós deixamos ele, mas antes, não.
- Pode deixar...
- Não vai deixar, senhor. Se acontecer alguma coisa com ele, vou perder a minha cabeça, senhor. O senhor é louco? Não vou deixar, senhor! Pode me quebrar na madeira, senhor, que eu não vou deixar.

Conseguiram, então, convencer o funcionário a deixá-los acompanhar o preso desmaiado até a enfermaria. Com isso, estaria garantida a passagem pelo primeiro portão. Termina aqui o campo das previsões, dos ensaios, dos planos, e entra-se no terreno do imprevisível, onde os presos precisam responder rápida e estrategicamente a cada con-

8 Abreviação de “pronto-socorro”, esta sigla é usada pelos prisioneiros para pedir ajuda médica.

9 *Perrecar* é o mesmo que *arrumar perreco* que, para os presos, significa iniciar alguma confusão, conturbação, tumulto ou discussão.

figuração, a cada *situação* que se formar. Os participantes do PCC, sejam eles *integrantes* do PCC ou *companheiros*¹⁰ (que também mantêm a ideia-PCC viva e a fortalecem) parecem desenvolver constantemente a habilidade de improvisar. O preso melhor sucedido é aquele que consegue reagir adequadamente e com maior rapidez a acontecimentos imprevistos, o que exige certa habilidade de apreender adequadamente as composições que sustentam a *situação* e torna possível traçar estimativas de composições futuras. Esse preso, conforme costumam dizer, ‘tem uma visão’. Essa habilidade confere uma maior segurança quando ele está *metendo o louco*, pois, mesmo que esteja arriscando, confia em sua capacidade de improvisar, do que depende o sucesso na empreitada. Encontrei referências a esta habilidade também como um fator do qual depende o sucesso do *corre*, da ação criminosa que almeja obtenção de bens ou dinheiro. Tal como a prática do boxe descrita por Wacquant, mesmo que o processo de aprendizado seja longo e penoso, na execução (da luta, do roubo ou da fuga) “tudo é mandado por reflexos, em algumas frações de segundo. É que a cabeça está no corpo e o corpo está na cabeça” (2002: 274). Nessa linha, o improviso envolve ao mesmo tempo o domínio do corpo, do discurso, as faculdades sensoriais¹¹ e a capacidade de raciocínio. Corpo, mente e sentidos são, aqui, indissociáveis à construção de uma habilidade que é reativa, mas que também é aprendida, trabalhada, fruto de treinamento, criatividade, imitação, intuição e muita prática.

A primeira situação da ordem das imprevisíveis, que exigiu o primeiro improviso, foi a abertura do *chapão*:

Porque fica um cara do outro lado do chapão. Quando o cara abriu, ele ficou com medo de abrir, tal, porque tinha muita gente... Mas ele abriu, deixou uma brecha. Foi quando enfiei a mão. Aí da mão, enfiei o braço, que aí não tem como fechar mais. Aí o irmão já sacou a arma: ‘É tudo nosso! Cala boca! Pianinho!’ Aí puxamos o funcionário pra dentro, já tiramos a roupa dele...

Antes, ainda, de sair da *radial*, outro imprevisto atravessou a trajetória desses presos: um grupo de visitantes aguardava ao lado de fora do *chapão* para entrar na *radial*, rumo aos *raios* onde seus parentes se encontravam:

- Tem muita visita aqui do lado pra nós sairmos correndo.
- Se visita tomar um tiro, nós vamos nos foder! Caralho!
- Então deixa entrar, vai.
- Disfarça, disfarça!

10 *Companheiros*, anteriormente chamados de *primos*, são os presos que não são *irmãos* mas que ‘correm lado-a-lado com o Comando’, quer dizer, caminham de acordo com sua ética e fortalecem a ideia-PCC, eventualmente mantendo o PCC presente em lugares onde não existem *irmãos*.

11 As faculdades sensoriais, neste caso, não coincidem com sua abordagem biológica. Não é raro ouvir de um preso que está ‘sentindo cheiro de maldade’ ou que diz ser preciso ‘ouvir os instintos’.

Vestidos como agentes, procuraram se comportar como tais e abriram a porta da *radial*:

- Boa tarde.
- Mas você não é preso?
- Pode entrar, senhora, pode entrar.
- Mas eu preciso assinar aqui.
- Não precisa assinar nada, não, senhora. Pode entrar. Faz favor. Entra, entra...
- Eu não sei onde tá meu filho...
- Tá, tá... Entra...

Depois que encaminharam os visitantes, os presos abriram as grades que separam um pavilhão do outro, na *radial*. Foi quando souberam que um *irmão* do raio 7 havia revelado o plano de fuga para todos os presos do pavilhão:

- O irmão Lucas, do 7, abriu a porta do pavilhão... O pavilhão inteiro, que tava sem visita, saiu pra radial. O único pavilhão de visita que foi tomado era o nosso, porque precisava tomar a frente ali. Aí saiu todo mundo do pavilhão 7. Puta que pariu! Aí os irmãos:
- Volta, volta, volta!
- Aí até os irmãos [do raio 7] voltaram correndo...
- Você não, irmão! Você não! Vamosaê!

Todos os prisioneiros do raio 7, portanto, sabiam do plano de fuga. De acordo com os presos que me relataram o plano, essa divulgação colocavam-no em risco. Entretanto, para os *faxinas* do raio 7, isso fazia parte da *ética do Comando*, que inclui transparência e a *luta* constante de todos, seja *companheiros* ou *irmãos*, pela *liberdade*. Essa falta de homogeneidade nas decisões e avaliações dos participantes do PCC evidencia as variações na forma como o *Comando* se manifesta, decorrente do que a *malandragem* chama de diferenças de *ritmo*. Isso porque a cada vez que uma *ideia* se manifesta, ela é revestida pelas condições situacionais nas quais ocorre e, por conseguinte, sofre uma variação com relação à manifestação anterior. Isso faz com que até as *ideias* mais gerais, como a *Paz*, a *Igualdade* ou o próprio PCC, recebam as marcas das condições locais de sua manifestação e variem de acordo com essas condições. Às variações apresentadas, os *ladrões* denominam *ritmo*, nome dado também às próprias condições que revestiram a *ideia* e fizeram-na variar. *Ritmo*, assim, diz respeito tanto às condições particulares que se acoplam às *ideias* quanto à variação resultante, que passa ela própria a compor a nova *situação* que pode fazer outras *ideias* variarem.

Entretanto, ‘cada lugar tem um ritmo, mas a ética é uma só’, advertem os *malandros*. Ainda assim, a falta de homogeneidade nas decisões relacionadas ao plano de fuga indica a

labilidade dessa *disciplina*, se o que se espera é algo semelhante ao que as ciências humanas definem como disciplina¹². Como afirmei anteriormente, na *malandragem*, *disciplina* é um termo intercambiável com ética. Ambos estão intimamente ligados ao modo como os *ladrões* conduzem suas existências: suas relações consigo mesmos e com os outros, seja no que toca o consumo de entorpecentes, uso das palavras, postura diante dos companheiros e de inimigos, atividades sexuais, uso da violência, postura corporal, atividades financeiras. Num ou noutro caso, ela remete sempre ao *certo*. É por isso que, para os *ladrões*, estar *pelo certo* é o mesmo que estar *na disciplina*. Contudo, o *certo* nunca é definido de antemão. Ele é sempre perseguido, estabelecido, expresso por meio de *ideias* e mediante cada *situação*. O *certo* aparece menos como um atributo que pode ser conferido a alguém do que como um método. Nunca se diz que ‘ele é o certo’, mas sim que ‘ele está pelo certo’. Nesse sentido, se o *certo* está mais no método do que no predicativo, isso faz com que, por um lado, um *ladrão* que recorra à violência para resolver as *situações* passe por *errado* (ainda que outros *malandros* considerem que ele estivesse ‘na sua razão’) e, por outro, aquele que resolva tudo nas *ideias* seja considerado como alguém que age *pelo certo* (ainda que defenda uma *ideia* que posteriormente se considera equivocada). Assim, *errado* não é quem não é *certo*, mas quem ‘não corre pelo certo’. E ‘correr pelo certo’ é ‘estar na ética’ ou ‘na disciplina’. No caso da fuga, especificamente, os presos de ambos os raios estavam *pelo certo*, seja por tentarem garantir a *liberdade*, seja por primarem pela *igualdade* (ambas as referências constantes no lema do PCC: *Paz, Justiça, Liberdade, Igualdade e União*).

Havia, ainda, um motivo específico para os que defendiam a circulação restrita da *ideia* da fuga. De acordo com o plano que haviam elaborado, os detentos tentariam ser o mais discretos possível para não serem surpreendidos durante a fuga. A ideia era fugir sem despertar qualquer alarde. Para tanto, eles (ou tantos quantos pudessem) vestiriam as roupas dos funcionários. Nesse sentido, a participação de todos os detentos do raio 7, a movimentação de toda aquela multidão fatalmente chamaria a atenção dos guardas. Ainda que a *igualdade* estivesse sendo prejudicada ao impedirem a participação daqueles detentos na fuga, os presos o faziam em nome do *ideal de Liberdade*, como atitude imprescindível ao sucesso da fuga. Entretanto, isso não os exime de futuras *repercussões*, caso alguém que tenha se sentido prejudicado (não importa se integrante ou não do PCC) decida ‘lançar a ideia’ de que eles ‘não foram de igual’. Mesmo conscientes de que poderiam ser *cobrados*, confiavam em seus motivos, em suas justificativas, em estarem ‘pelo certo’.

Os presos prosseguiram com a fuga, abrindo o outro *chapão*, porta que dava acesso ao exterior do prédio, espaço sem cobertura, cercado por muralhas com guardas armados e que separa o prédio dos *raios* daquele onde as revistas íntimas e de alimentos eram feitas. Este prédio seria também o local do escritório, por onde os presos pretendiam atravessar até o outro lado do prédio, um espaço aberto que antecedia a portaria, também cercado por muralhas com guardas armados. Combinaram formar, ainda na *radial*, grupos de seis presos, que se preparavam para, de dois em dois, com o intuito de não gerar desconfiança nos guardas das muralhas, atravessar esse espaço. Os primeiros seis presos conseguiram

12 A *disciplina do Comando* já foi considerada como um mero deslocamento do panoptismo de uma instituição total, onde quem exerceria a vigilância não seria o corpo de funcionários, mas os próprios prisioneiros, em uma distribuição desigual de poder, no qual o “comando, bem como a união dos presos nessa organização não se dão a partir do interesse coletivo ou da liberdade de associação dos indivíduos, mas sim por meio da ameaça, do medo e da imposição” (Dias 2008: 285).

fugir pela porta da frente, vestidos com uniformes de agentes penitenciários. No entanto, um acaso se impôs ao segundo grupo¹³: a porta do escritório estava fechada. Diante desse elemento que alterava significativamente a *situação* com a qual trabalhavam, os presos não viram outra alternativa senão tentar transpor esse prédio pelo espaço utilizado para revistas dos visitantes. Entretanto, eles foram surpreendidos por tiros disparados pelos guardas das muralhas e pelas portas que os separavam do exterior do prédio fechadas. Esse outro acaso exigia que os presos rapidamente elaborassem outra *situação*, outra estabilização dos movimentos pelos quais transitavam, a fim de sobre ela realizar uma análise, produzir um conhecimento, lançar suas avaliações.

De fato, outra *situação*, bem diferente da que haviam elaborado anteriormente, se configurava. Nenhuma delas, contudo, estava prevista no plano inicial, pois ele não fora elaborado de acordo com procedimentos de planejamento que tomassem a fuga como uma totalidade, composição que incluiria desde a elaboração do plano até a chegada ao esconderijo onde se protegeriam das buscas policiais ou ao menos até a saída da penitenciária. Ao invés da elaboração de um todo ao qual o plano se referiria, próprio de um planejamento empresarial característico das organizações criminosas, os presos previam subseqüentes formulações de *situações* com as quais passariam a trabalhar. Com efeito, diante dessa nova configuração, os presos decidiram interromper a fuga e permanecer no prédio das revistas, onde ocorreram as negociações que serão descritas na próxima seção.

Negociações no prédio da visita

Nas ocasiões que exigem negociações entre os presos e os funcionários da instituição, são os *faxinas* ou os *pilotos* que impõem condições aos agentes em benefício de outros detentos, mas que também se responsabilizam pelos atos dos demais presos. Pude verificar esta dinâmica ao longo das negociações travadas durante a rebelião, ocasião cujo desenrolar acompanhei pessoalmente. Eu passava pela revista íntima quando o prédio onde eu me encontrava fora cercado pelas forças policiais como forma de impedir a fuga de prisioneiros que, ali, fizeram alguns funcionários reféns. Nesse episódio, a primeira preocupação dos prisioneiros foi tranquilizar os visitantes que estavam no prédio cercado e garantir sua segurança:

Um rapaz vestido de agente acabou abrindo a porta da cabine onde estávamos e perguntou se havia algum funcionário conosco. Diante da resposta negativa e notando nosso nervosismo, procurou tranquilizar-nos, tentando demonstrar que tinha o controle da situação. Disse que alguns presos tentaram fugir, alguns conseguiram, outros não, e que estava tudo bem, tudo sob controle. Não me lembrava de ter visto aquele agente em minhas visitas anteriores. Cheguei a desconfiar que ele fosse preso, mas seu discurso dava margens para dúvida, e poderia ser facilmente atribuído tanto aos agentes quanto aos presos. Mas minha suspeita foi reforçada quando reconheci um preso vestido

13 Não tive acesso às narrativas de presos do primeiro grupo, que conseguiram fugir.

de agente, andando de um lado para outro, conduzindo alguma situação. Fechamos novamente a porta da cabine e notamos, observando por uma pequena janela próxima ao teto, que havia alguma movimentação incomum também do lado de fora do prédio.

Alguém gritou: “tem funcionário aqui?”, possivelmente se referindo à cabine onde estávamos. Outro respondeu “não, aí só tem visita”. Os homens com roupas de agentes prisionais abriram a porta da cabine, se identificaram como presos, e disseram para que não a fechássemos mais, para não sermos confundidos com funcionários. Isso acabou confirmando minha suspeita: os homens vestidos com uniforme de agentes prisionais eram, na verdade, detentos.

Passamos a entender melhor o que estava acontecendo (...). Fomos orientados pelos presos a nos agrupar fora da cabine, em um canto considerado por eles “mais seguro”, por estar fora do alcance direto de tiros que poderiam vir da janela. (diário de campo, 23/04/2006)

Iniciaram-se as negociações para que os presos que não conseguiram fugir retornassem ao pavilhão. Aparentemente, tratava-se de uma negociação inútil, pois todos – funcionários e detentos – queriam chegar ao mesmo fim: o retorno aos *raios*. Mas os presos precisavam garantir que os agentes das muralhas não atirariam enquanto eles atravessassem o pátio que separava o prédio onde nos encontrávamos e a *radial* que dava acesso aos *raios*. Já os policiais e o diretor do CDP precisavam garantir a integridade física dos funcionários feitos reféns, e que nenhuma arma fosse levada ao interior do pavilhão.

A negociação foi tensa, principalmente porque os policiais ocupavam uma extremidade do prédio enquanto os agentes prisionais ocupavam a outra e, entre eles, não havia consenso sobre como a operação deveria ser conduzida. Enquanto alguns presos conversavam com os policiais, outros conversavam com os agentes. Mas a *ideia* que lançavam tomava formas diferentes na medida em que se negociava com interlocutores distintos. Quando uns presos transmitiam o resultado da negociação aos outros, constatava-se que as exigências dos policiais eram diferentes das dos agentes. Mesmo o objetivo da negociação (o retorno ao pavilhão) tardou a ser compreendido. Ela só teve início efetivo após um dos presos expressar claramente a *ideia* que já circulava entre os presos que estavam naquele prédio: ‘Senhor, não sei por que isso; a gente só quer voltar pro pavilhão, senhor!’

Na visão dos presos, a ‘ideia foi abraçada’ tanto pelos agentes quanto pelos policiais. A discussão passou a girar, então, em torno da vestimenta, ou da nudez. Os policiais queriam que os presos tirassem toda a roupa para poder voltar ao pavilhão e eles se recusavam, pois alegavam não poder ficar nus diante das mulheres que estavam em visita: ‘Você tá louco? Senhor, tem visita lá, senhor! A gente não pode ficar pelado!’ Queriam também que os agentes, inclusive as femininas, tirassem suas camisetas, o que também foi rejeitado pelos presos: ‘Senhor, elas são agente, mas são mulheres. Não é certo ficar sem roupa, não. Tem que ter um respeito’. Foi proposto, então, que os presos vestissem apenas roupas íntimas, mas eles voltaram a afirmar ‘Mas tem visita lá, senhor!’, como se

fosse óbvio o impedimento e certa a compreensão, por parte dos agentes, da argumentação apresentada¹⁴.

Combinou-se, então, que os presos ficariam sem calças e calçados, mas com camisetas e roupas íntimas, e que as agentes femininas ficariam vestidas. Tentando prever todos os elementos que comporiam a *situação* com a qual lidariam na volta ao pavilhão, os presos pediram para que os guardas das muralhas fossem avisados que os rebelados estariam a caminho do pavilhão e que, portanto, não seria necessário atirar. Ainda assim, para garantir que não seriam executados nesse percurso, usariam os funcionários reféns como escudo, comprometendo-se a libertá-los na chegada à *radial*. Os agentes exigiam, no entanto, a libertação dos reféns.

Diante da dificuldade de se chegar a um acordo, aparentemente decorrente da desconfiança por ambas as partes com relação ao cumprimento das condições que estavam sendo negociadas, um dos presos tentou evocar a responsabilidade que decorre de sua posição política frente aos prisioneiros para tentar ganhar a confiança dos policiais: ‘Aqui é o Piloto da Cadeia, é responsa total!’ Para esse detento, ele ‘deu a ideia’, o que não se restringe à transmissão de uma informação, mas à enunciação de palavras que teriam efetividade, que fariam coisas. É notável a forma como os participantes do PCC são cientes do performativo de sua enunciação (Austin 1961), ciência que se manifesta principalmente com a advertência frequentemente proferida: ‘cuidado com suas palavras’¹⁵. Ao afirmar que era o ‘piloto da cadeia’, o preso procurava realçar ainda mais a responsabilidade que ele tinha com relação às suas palavras e que, portanto, bastava a palavra dele para garantir o cumprimento do trato. Isso porque, na posição de ‘piloto da cadeia’, cabia a ele assegurar a adequada circulação de *ideias* naquela prisão. Afinal, estava em uma posição de *responsa*, atribuída àqueles que demonstram ser ‘malandros de responsa’.

Destacam-se na *malandragem* aqueles que, por terem *uma visão*, consigam fazer *repercutir* suas *ideias* e torná-las *fortes*, bem como os que têm o *conhecimento* que permite que elas fluam. Para os *malandros*, o termo *conhecimento* nem sempre tem a ver com a obtenção de informações, a construção de saberes, com a compreensão ou o entendimento de algo. Também não remete, sempre, à separação de um sujeito do conhecimento e um objeto a ser conhecido ou compreendido, implicada na definição apresentada por Lalande (1999). Na *malandragem*, ter um *conhecimento* é estar conec-

14 Os presos não exibem seus corpos diante das visitantes. Em *dias de visita*, nenhum deles é visto sem camisa, e uma das instruções que devem passar para seus visitantes é tomar extremo cuidado para que nunca sua camiseta seja levantada a ponto de mostrar alguma parte de seu corpo. Isso pode *arrastar* o preso, ou seja, levá-lo a ter seu *proceder* questionado e, em última instância, fazer com que seja *cobrado*. A recíproca, neste caso, também é verdadeira: as visitantes não podem usar vestimentas que deixem seus joelhos ou ombros à vista, bem como roupas justas, transparentes ou decotadas.

15 O cuidado com relação ao correto arranjo das palavras, por sua vez, conduz à escolha das palavras certas, do momento adequado, mediante uma forma (que inclui entonação e disposição corporal) apropriada. Trata-se de um verdadeiro “atletismo de palavras”, para usar a expressão criada por Marques (2016: 183) para dar conta do *respeito*, uma prática repleta de teorizações que foi capaz de mudar o cenário das periferias paulistanas. Essa noção de *respeito* está intimamente relacionada com o *ideal de Paz* do PCC e acompanhou a centralidade que o correto manejo das palavras ganhou em detrimento da força física. Muitos dos conflitos que, anteriormente, eram resolvidos *na mão* (por meio da força física), *na faca* ou *na bala* (de armas de fogo) hoje são solucionados por meio de conversas, argumentações, *debates*. Mas as palavras não só substituem a força física como também, e principalmente, são manejadas a fim de evitá-la.

tado a muitos outros *ladrões*, é nutrir relações com um grande contingente de *malandros*. Esse sentido de *conhecimento* está relacionado às conexões estabelecidas de modo a dispor do número mais amplo possível de meios pelos quais se pode fazer as *ideias* fluírem. Diz respeito, assim, a ter conexões que permitam não só levar a *ideia* adiante como, principalmente, conferir um rumo adequado ao movimento que ela carrega. São esses *irmãos*, com *visão* e *conhecimento*, que costumam ocupar posições de *responsa* no PCC. Longe de constituírem líderes com poder de mando, os *ladrões* em posição de *responsa* são aqueles que têm força para fazer suas *ideias* se alastrarem, *repercutirem* e, por conseguinte, se manterem vivas. Essa capacidade que têm de ‘levar as ideias adiante’ os mantém com força e, conseqüentemente, os leva às *responsas* como as de ‘piloto da cadeia’¹⁶.

Nesse sentido, ao dizer que era o ‘piloto da cadeia’, alguém de ‘responsa total’, o preso esperava que essas palavras tivessem como efeito a segurança, por parte dos funcionários, de que o trato fosse cumprido, tanto por ele quanto pelos demais presos. Entretanto, os policiais pareciam ignorar o que estava sendo dito, como expressa um dos presos: ‘esse seu discurso de Piloto não tá adiantando nada. Eles não tãem aí pra você. Isso não vale nada pra eles’. Esse preso avaliou que a *ideia* lançada pelo *piloto*, desprendida de seu locutor e conjugada com o *ritmo* do policial, se transformara a ponto de perder tudo o que se buscava, por meio dela, acionar. Isso não quer dizer que os policiais se movimentassem em termos de *ideias* e *ritmos*, mas sim que o preso fez uma leitura da *situação* de acordo com o seu modo de produção de conhecimento.

Após mais algum tempo de negociação, os presos retornaram ao prédio dos pavilhões, levando os agentes reféns consigo e libertando-os logo após a travessia do pátio.

O retorno ao pavilhão

Aradial, me relataram depois, estava sob controle dos presos, que mantinham outros funcionários reféns e que, assim, puderam abrir tanto as portas que dão acesso aos *raios* quanto aquelas que separam um pavilhão do outro. Ao retornarem a este prédio, um dos *faxinas* se deparou com os registros de água quebrados. Pediu então explicações a um grupo de presos, que argumentaram terem, com isso, colocado fim ao poder dos agentes sobre o fornecimento de água, recorrente objeto de disputa constante. *O faxina* repreendeu-os, afirmando que não poderiam ter feito aquilo. Quando perguntei por que a repreensão, me disseram: ‘porque é dano ao patrimônio’. Achei estranho zelarem pelo patrimônio da cadeia, e perguntei: e daí? A resposta, para mim surpreendente, foi: ‘dano ao patrimônio não pode, é crime’. Confessei não estar entendendo, e tive como resposta que existe um *salve*, quer dizer, uma orientação do PCC contrária à destruição física das cadeias, para evitar que os *irmãos* sejam encaminhados para prisões com regime mais severo. Vieram-me à mente imagens de cadeias destruídas em rebeliões, e questionei essa informação, obtendo como resposta que as coisas já funcionaram daquele jeito, mas que isso havia mudado. Posteriormente, voltei a ver em noticiários imagens de cadeias destruídas pelos presos, o que mostra que, ao contrário do que a concepção hegemônica sobre o PCC propaga,

16 Piloto foi a nomenclatura utilizada naquela ocasião. Entretanto, há várias outras maneiras de se referir a essas *responsas*: *disciplina*, *geral*, *frente*, *palavra*, *piloto*, *jet*.

salves não são nem ordens e nem leis. Diferentemente, *salves* são *ideias* que geralmente carregam orientações e se diferenciam das outras por terem autoria. Seu autor é o próprio PCC. Entretanto, como *ideias* que são, eles se transformam a cada vez que se manifestam, porque conjugada com o *ritmo* de onde isso ocorre. Em outras palavras, essas orientações mudam de acordo com as *situações* e os efeitos que produzem dependem do resultado de sua incorporação ao *ritmo* local.

Como mencionei anteriormente, aos *responsas* cabe assegurar a circulação adequada de *ideias* na cadeia. Isso muitas vezes implica orientar e dirigir as ações dos presos, defender os interesses deles, mas também responder pelos seus atos frente à administração da prisão. Tais atribuições nem sempre são nitidamente distintas; muitas vezes um simples movimento pode acionar todas elas, como quando alguns *faxinas*, durante a rebelião, impediram que outros presos ferissem funcionários. Ao se deparar com alguns detentos enlaçando um cinto no pescoço de um funcionário, um dos *irmãos* imediatamente os repreendeu, dizendo que nenhum dos funcionários deveria ser ferido: ‘e aê, ladrão? Que porra é essa que vocês estão fazendo? Tão amarrando o cara pelo pescoço?! Vocês tão loucos? Deixa o frango aí, malandro! A cadeia não tá nesse pé, não, caralho!’ Com isso, procurou impedir que certas *ideias*, relacionadas a tortura e morte de funcionários, circulassem na prisão naquele momento. Ao afirmar que a cadeia não estava ‘nesse pé’, alertava que aquelas *ideias* não cabiam ao *ritmo* vigente, que procuravam manter. O preso, então, perguntou se o funcionário estava bem – ‘tá firmão, senhor?’ – e, em seguida, dirigiu-se para outro *irmão*: ‘Aê, irmão? Esses ladrão fazendo essas fitas, pegando o frango pelo pescoço!’ Depois, voltou-se para os detentos que haviam cometido a falha e explicou: ‘nós estamos de frente na porra da cadeia. Qualquer fita que você fizer aqui repercute pra nós. Que setor você está? Que raio?’ Diante da resposta: ‘não estou em setor nenhum, não...’, gritou para outro *irmão*: ‘aê, irmão. Não é nem setor, os caras da população tão dando uma dessas aqui, tão fazendo umas cagadas aê, irmão!’ Diante da *situação* descrita pelo preso, a solução oferecida pelo *irmão* foi restringir o acesso à radial: ‘aê! Quem não for setor, volta pros raios! Aqui só fica os setores e os irmãos! Tem visita no prédio, heim, caralho! Olha a disciplina do Comando!’

A decisão tomada pelo *irmão* de pedir para que todos voltassem para os *raios*, exceto aqueles que estavam *na resposta*, visava evitar atitudes que não fossem orientadas pela *resposta* necessária para o momento. A *resposta*, naquela *situação*, era a de tentar direcionar aquela situação de forma que as consequências fossem as mais favoráveis (ou menos prejudiciais) possíveis. Para tanto, era necessário que os presos que lidariam com essa *situação* fossem homens de *visão*, capazes de mapear as *situações* da melhor forma, perceber a disposição dos movimentos, seus rumos e entrecruzamentos, traçar estimativas de composições futuras. De fato, ao impedirem que o funcionário fosse ferido, os *responsas* evitaram que fossem prejudicados com as consequências da infração, que poderiam ser diretas, na forma de processos penais, mas que também poderiam alvejar toda a população carcerária, na forma de um revide da administração do CDP. Além disso, eles demonstraram à instituição a força de suas palavras e cumpriram com o trato de não ferir os reféns, confirmando que podiam se responsabilizar pelos atos dos outros justamente em virtude de sua *resposta*. Procuraram ainda mostrar que, embora pudessem ter permitido a infração, preferiram impedi-la, mas que a vida de um dos agentes pode depender da força que os outros presos reconhecem nele. Com isso, provaram-se merecedores de certa

confiança por parte dos agentes da instituição. Essa confiança (não em sua benevolência, mas em sua liderança) é fundamental para que eles tenham poder de barganha em seus futuros embates (negociações). Por fim, eles evitaram o aparecimento de uma *ideia* que poderia lhes ser desfavorável: a de que na cadeia sob sua *responso* ocorreu um assassinato sem prévio *debate* e sem o *aval* necessário¹⁷.

Saindo da cadeia

Depois que os presos retornaram ao pavilhão, eu, curiosa, caminhei até a porta que dá acesso ao pátio que fica entre um prédio e outro, localizada no espaço reservado para a submissão das visitas ao detector de metais. Deparei-me com um grupo de policiais do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), com escudos, capacetes com viseira, portando armas de grosso calibre, todas apontadas para mim. Enquanto entravam no prédio, gritaram para mim: ‘quantos têm aí?’. Imediatamente levantei as mãos, pedindo calma, e dizendo que ali só havia visitas. Não satisfeitos com a resposta, indagaram novamente ‘quantos são?’. Respondi pausadamente, ainda com os braços erguidos: ‘calma. Vocês não precisam entrar aqui desse jeito [com aquela brutalidade], porque aqui dentro só tem visita’. Nesse espaço estavam somente eu e cerca de dez homens da força tática. Eles repetiram a pergunta pela terceira vez, sem deixar de apontar as armas para a minha cabeça. Por considerar a pergunta feita a mim um tanto ampla, fiz questão de enfatizar que as pessoas que estavam ali eram visitantes, cuidando para que não houvesse interpretações que resultassem em uma invasão violenta do prédio: ‘**visitas?** Não sei ao certo, acho que **somos** umas quarenta’. Caminhando em minha direção, ainda sem baixar as armas nem os escudos, alguns policiais me acuraram até que eu me encostasse na parede, enquanto outros foram verificar se o que eu havia falado era verdade. Contornando a parede, localizaram os outros visitantes, todos agachados em um canto, próximos uns aos outros, como que se protegendo. Fomos encaminhados em fila ao pátio, onde deveríamos aguardar a autorização para ir embora.

Passamos todos por revista para poder deixar a prisão. Fui uma das últimas e, ao sair, tive uma recepção inesperada do lado de fora. A rua estava repleta de pessoas, que celebravam a fuga dos presos, como que narrando um feito heroico. Assim que me avistaram, vieram em minha direção, perguntaram se eu era *cunhada* e agradeceram pela minha coragem ao ‘enfrentar os policiais’. As *cunhadas*, companheiras de *irmãos*, não são integrantes do PCC¹⁸. Entretanto, elas costumam ser orientadas por seus companheiros a agirem de acordo com a ética do Comando, no limite para fazer o que eles próprios fariam para assegurar a *disciplina do PCC*. Quando elas não o fazem, os *irmãos* podem ser *cobrados* por não terem as instruído adequadamente. Afinal, cabe

17 Uma das *ideias* de forte *repercussão* no PCC é a de que não mais se mata sem antes dar a chance da vítima de se defender. Ao procedimento de defesa, se dá o nome de *debate* (cf Biondi 2014) e a autorização para o assassinato se dá por meio de um *aval*. De acordo com os meus interlocutores, participantes ou não do PCC, essa dinâmica é a principal responsável pela queda no número de homicídios registrada no Estado de São Paulo durante a década de 2000.

18 Uma descrição mais pormenorizada a respeito das *cunhadas* pode ser encontrada em Ferraz de Lima (2015).

a ele (e, por extensão, a ela) ‘dar o exemplo’. Devido a minha tentativa de diálogo com os policiais, as pessoas presentes procuraram alguma forma de me aproximar do PCC, senão como integrante, como *cunhada*. Afinal, é isso que se espera daqueles que, direta ou indiretamente, estão *na resposta*.

Essa atribuição de função aos participantes do PCC difere muito do discurso hegemônico sobre ele. Ela não fazia referência a empreitadas financeiras, a uma posição em um quadro de divisão de tarefas, a uma forma de organização empresarial e tampouco a uma estrutura hierárquica. Diferentemente, a atuação do PCC, seja junto aos outros presos ou em relação à administração da unidade prisional, diz respeito a uma política que, como procurei mostrar, é fruto de subseqüentes elaborações de *situações*, de uma dinâmica particular de *ideias* e da busca incessante pelo *certo*, acompanhadas por reflexões teóricas ininterruptas.

Da mesma forma, a maneira como os presos planejaram a fuga e a necessária tomada da cadeia é bem diferente do que se espera de uma organização criminosa com fins financeiros, com características empresariais e fundada em uma rígida hierarquia. Ela inclui o reconhecimento do imprevisível, a latência dos acasos, desprezo de ordenamentos hierárquicos na tomada de decisões, variações rítmicas, uma *disciplina* sem prescrições. Tanto durante o planejamento quanto durante a execução da fuga, não havia um todo a que o plano se referia. Ele foi formulado mediante uma forma de ver o mundo que lida com a composição ininterrupta de *situações*, onde há espaço para o imprevisível e para os acasos.

Na execução do plano, o ‘piloto da cadeia’, que na concepção hegemônica sobre o PCC seria a autoridade máxima da prisão à qual os demais presos obedeceriam cegamente, não fugiu, ficou para trás e ainda sofreu as consequências da empreitada: enfrentou castigo, teve penalizações que prejudicaram seus pedidos de progressão de pena para o regime semiaberto e, por fim, fora transferido para uma prisão mais rígida. À noção de hierarquia comumente utilizada nas ciências sociais¹⁹, as práticas existentes na produção do PCC se contrapõem ao apresentar a ideia de *resposta*, sustentada por formulações conceituais em torno da *visão* e do *conhecimento*, noções que também apresentam sublevações conceituais face aos conceitos estabelecidos, pois ancoradas nas dinâmicas

19 Embora encontremos na literatura antropológica muitas referências ao termo hierarquia, sempre que ele é requisitado, aparece condicionado aos dados etnográficos com os quais os pesquisadores trabalham. Aparece, em outras palavras, a favor da singularidade de cada material etnográfico. Disso decorre que seus usos são bastante diversificados. É sintomático que, nas publicações que propõem apresentar conceitos chave da antropologia, o conceito de hierarquia não tenha uma seção própria e apareça apenas de maneira difusa (Rapport & Overing 2000; Barnard & Spencer 1996). É igualmente sintomático, cabe mencionar, que o termo apareça nos verbetes “individualismo” e “classificação” desses manuais, tendo em vista que a produção antropológica mais notória acerca desse tema seja a obra de Louis Dumont, que apresenta o “englobamento do contrário” como uma maneira alternativa de se pensar hierarquia (Dumont 1992). Segundo Velho (1986), por expressar “a unidade de uma sociedade” e ligá-la a “uma concepção da ordem cósmica”, a hierarquia em Dumont tem um papel integrador, diferente das definições que enfatizam o “conflito da teoria de classe marxista” e a “divisão das teorias de estratificação” (: 547). A crítica de Appadurai (1988) à alternativa dumontiana indica um caminho para se pensar a localização do conceito de hierarquia nos manuais justamente por associá-la às características apontadas por Velho (1986). Entretanto, uma revisão acerca dos usos desse conceito ainda está por ser feita. Nesse sentido, um levantamento dos trabalhos que tocam, direta ou indiretamente, nessa questão foge dos propósitos deste artigo.

de *ideias* cuja existência só se dá quando em fluxo pelo mundo, quando se desprendem de seus locutores e se tornam centros de convergência de forças que disputavam seus rumos e a fonte que oferece direção e confere atributos aos movimentos. Inerente a essas dinâmicas está a transformação constante das *ideias* pelos *ritmos* locais que elas também ajudam a conformar.

Atuante até mesmo na ausência de seus integrantes, o PCC é ele próprio uma *ideia*, mantida viva ao ser *repercutida*, *abraçada* e *fortalecida* pelos que a manifestam. Mas uma *ideia* que em sua exterioridade e capacidade produtiva adquire o status de uma transcendência, uma força exterior aos seus integrantes e aos que com ele se relacionam. É essa força, capaz de produzir *disposições* e associações, que garante que a ideia-PCC perdure. Transcendência aqui se difere daquela que está implicada no conceito de sociedade (e grupo) que sustenta a noção de crime organizado²⁰. Trata-se de uma transcendência que não é dada como ponto de partida, mas cuja construção se dá nas práticas mais cotidianas, mais triviais, mais mundanas (como as dinâmicas que envolvem as formulações das *situações* ou a circulações de *ideias*).

Se por um lado esta transcendência é produzida na imanência, é ela que garante a manutenção deste coletivo ao passo que reúne cada um de seus participantes a partir da ligação com tal figura autônoma, num estado de coisas que independe de vínculos interpessoais ou territoriais estáveis. Contudo, esta transcendência só permanece porque realimentada continuamente pelas forças moleculares que trabalham incessantemente em sua produção. Aqui a transcendência que não está em outro plano senão o da imanência, produzindo-a e por ela sendo produzida. Uma não é anterior à outra; pelo contrário, uma só funciona com a outra. Da mesma forma, a ideia-PCC só se sustenta porque alimentada por inúmeras outras *ideias* que são, por sua vez, amparadas pela ideia-PCC.

Aqui aparece outra questão: as *ideias*, na medida em que são repercutidas, se transformam, incorporando as condições dos locais nas quais isso acontece, a *disposição* e a *visão* de quem a repercute. Disso resulta que PCCs diferentes apareçam, tantos PCCs quanto os pontos de vista existentes no interior desse movimento. Como vimos, isso é absolutamente coerente com a forma pela qual seus participantes elaboram as *situações* e concebem sua ética, ligada a um *certo* que nunca é dado de antemão.

Como podem ver, estamos bem distantes daquela definição hegemônica sobre o PCC. Estamos longe, também, de toda a discussão corrente sobre crime e prisão, uma discussão ancorada tão fortemente nos modos de produção de conhecimento modernos que seus resultados coincidem com os das investigações policiais. De fato, desde que se confira primazia ao material etnográfico e não a um dever-ser de um “Estado de Direito Democrático”, o PCC é capaz também de promover rebeliões em conceitos hegemônicos das ciências sociais: ética, disciplina, hierarquia, ideia, entre outros.

20 Essa formulação é fortemente inspirada nas discussões em torno do uso e adequação do conceito de sociedade (Wagner 1974; Strathern 1996; Latour 2005).

Referências

- ADORNO, Sérgio e SALLA, Fernando. 2007. “Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC”. *Revista Estudos Avançados*, vol. 21, nº 61: 7-29.
- APPADURAI, Arjun. 1988. “Putting Hierarchy in Its Place”. *Cultural Anthropology*. Vol. 3 (1): 36-49
- AUSTIN, John Langshaw. 1961. *Philosophical Papers*. Oxford: Oxford University Press.
- BARBOSA, Antonio Rafael. 2013. ““Grade de ferro? Corrente de ouro!”: circulação e relações no meio prisional”. *Tempo Social*. Vol. 25 (1): 107-129.
- BARNARD, Alan; SPENCER, Jonathan (eds.). 1996. *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. London: Routledge.
- BIONDI, Karina. 2010. *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome.
- _____. 2014. *Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC*. Tese de doutorado. PPGAS, Universidade Federal de São Carlos.
- CANO, Ignácio e ALVADIA, Alberto. 2008. *Análise dos Impactos dos Ataques do PCC em São Paulo em Maio de 2006*. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ).
- COLOMBO, Sylvia. 2006. “Claro enigma”. *Jornal Folha de São Paulo*. Caderno Mais, 21 de maio de 2006.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. 2008. *A igreja como refúgio e a bíblia como esconderijo: religião e violência na prisão*. São Paulo: Humanitas.
- DUMONT, Louis. 1992. *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP.
- FERRAZ DE LIMA, Jacqueline Stefanny. 2015. *Mulher Fiel: Etnografia do amor nas prisões do PCC*. São Paulo: Alameda.
- GRIMBERG, Samirian. 2009. *Luta de Guerreiros, castigos de ninjas e amor de rainhas: etnografia de uma rebelião prisional*. Dissertação de mestrado. PPGAS, Universidade Federal de São Carlos.
- IHRC (International Human Rights Clinic) e Justiça Global. 2011. *São Paulo Sob Achaque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em Maio de 2006*. <http://hrp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2011/05/full-with-cover.pdf>.
- LATOUR, Bruno. 2005. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- MARQUES, Adalton. 2008. “‘Faxina’ e ‘pilotagem’: dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional”. *Lugar comum - estudos de mídia, cultura e democracia (UFRJ)*. Vol. 25-26: 283-290.
- _____. 2010. “‘Liderança’, ‘proceder’ e ‘igualdade’: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital”. *Etnográfica*. Vol. 14 (2): 311-335.
- _____. 2016. “Quando outras “cenas” entram em ação: considerações de moradores

sobre transformações em periferias de São Paulo”. *Anuário Antropológico*. Vol. 41(1): 173-201.

MINGARDI, Guaracy. 2007. “O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado”. *Revista de Estudos Avançados*. Vol. 21, nº 61: 51-69.

RAPPORT, Nigel; OVERING, Joanna. 2000. *Social and cultural anthropology: the key concepts*. London: Routledge.

RHODES, Lorna A. 2001. “Toward an anthropology of prisons”. *Annual Review of Anthropology*, Vol. 30: 65-83.

STRATHERN, Marilyn. 1996. “1989 debate: The concept of society is theoretically obsolete. The presentations: for the motion (1)”, em INGOLD, Tim. (ed.), *Key Debates in Anthropology*. London: Routledge. pp. 50-55.

TORRES, Sergio. 2006. “Crime organizado paulista é mais centralizado, vê estudiosa. Entrevista com Alba Zaluar”. *Jornal Folha de São Paulo*, 15 de maio de 2006.

VELHO, Otávio. 1986. “Nota ao verbete ‘hierarquia’”. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

WACQUANT, Loïc. 2002. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

WAGNER, Roy. 1974. “Are there social groups in the New Guinea Highlands?”. In: LEAF, M. (ed.), *Frontiers of anthropology. An introduction to anthropological thinking*. New York: Nostrand Company.

Recebido em 1 jul. 2017.

Aceito em 30 jul. 2017.